

# Reach Brazil Holding S.A.

**Demonstrações Financeiras  
em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein  
89202-200 - Joinville/SC - Brasil  
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil  
Telefone +55 (47) 3205-7800  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da  
Reach Brazil Holding S.A.  
São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Reach Brazil Holding S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reach Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 11 de julho de 2024, sem modificação.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 10 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SC-000071/F-8



Edson Rodrigues da Costa  
Contador CRC PR-054199/O-0

**REACH BRAZIL HOLDING S.A.****Balanços patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.656	2.851
Dividendos a receber		795	281
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.451</b>	<b>3.132</b>
<b>Não circulante</b>			
Investimentos	5	1.291.441	1.290.628
Outros créditos	6	7.842	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.299.283</b>	<b>1.290.628</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.303.734</b>	<b>1.293.760</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		31	38
Obrigações tributárias		32	-
Dividendos a pagar		5	5
Obrigações por compra de participações societárias	7	-	520.999
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>68</b>	<b>521.042</b>
Obrigações por compra de participações societárias	7	7.724	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.724</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	8	1.338.810	772.190
Reserva legal		-	27
Reserva de lucros		-	501
Transações entre sócios		(14.102)	-
Prejuízos acumulados		(28.766)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.295.942</b>	<b>772.718</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.303.734</b>	<b>1.293.760</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REACH BRAZIL HOLDING S.A.****Demonstrações dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receitas e (despesas) operacionais e administrativas</b>			
Resultado com equivalência patrimonial	<b>5</b>	<b>38.312</b>	15.594
Despesas gerais e administrativas	<b>9</b>	<b>(1.356)</b>	(15.043)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b>36.956</b>	551
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	<b>10</b>	<b>(66.368)</b>	(18)
Receitas financeiras	<b>10</b>	<b>118</b>	-
<b>(Prejuízo) lucro do exercício</b>		<b>(29.294)</b>	533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REACH BRAZIL HOLDING S.A.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>(Prejuízo) lucro do exercício</b>		<b>(29.294)</b>	<b>533</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>(29.294)</b>	<b>533</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REACH BRAZIL HOLDING S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social integralizado	Reserva legal	Transações entre sócios	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 28 de junho de 2023</b>							
Integralização de social		772.190	-	-	-	-	772.190
Resultado exercício		-	-	-	-	534	534
Reserva legal		-	27	-	-	(27)	-
Transferência para reserva		-	-	-	507	(507)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(6)	-	(6)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>772.190</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>501</b>	<b>-</b>	<b>772.718</b>
Integralização de capital	8.a	<b>566.620</b>	-	-	-	-	<b>566.620</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	<b>(29.294)</b>	<b>(29.294)</b>
Absorção de prejuízo		-	<b>(27)</b>	-	-	<b>27</b>	-
Transferência para reserva		-	-	-	<b>(501)</b>	<b>501</b>	-
Transações entre sócios	8.d	-	-	<b>(14.102)</b>	-	-	<b>(14.102)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.338.810</b>	<b>-</b>	<b>(14.102)</b>	<b>-</b>	<b>(28.766)</b>	<b>1.295.942</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REACH BRAZIL HOLDING S.A.****Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>(Prejuízo) lucro antes dos impostos</b>		<b>(29.294)</b>	533
Ajustes para conciliar o lucro do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	5.b	(38.311)	(15.313)
Dividendos a receber		(514)	(281)
Resultado financeiro	10	66.881	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar		(7)	38
Obrigações tributárias		32	-
<b>Caixa gerado aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(1.213)</b>	<b>(15.023)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de controlada		-	(494.316)
Aumento de capital em controlada		-	(260.000)
Depósito de escrow relacionado à aquisição	6	(7.842)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(7.842)</b>	<b>(754.316)</b>
<b>Fluxo das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	8.a	566.620	772.190
Obrigações por compra de participações societárias	7	(556.760)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>9.860</b>	<b>772.190</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>805</b>	<b>2.851</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.851	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		3.656	2.851

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Contexto operacional**

A Reach Brazil Holding S.A. (“Reach” ou “Companhia”), é uma holding constituída em São Paulo em 28 de junho de 2023. A Reach tem por objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Reach passou a ser uma das sócias da companhia DFS Holding S.A. e suas subsidiárias, mediante a conclusão da reorganização societária em 02 de outubro de 2023.

## **2. Bases de preparação das Demonstrações Financeiras**

### **1.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de junho de 2025.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

### **1.2. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O Custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### **1.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

## **3. Políticas contábeis materiais**

### **1.1. Classificação de itens circulantes e não circulantes**

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### **1.2. Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receita financeira no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratual.

### **1.3. Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia é o Real.

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais (R\$ mil), exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### **1.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

#### **1.5. Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

A Companhia não possui as denominadas operações de risco sacado com seus fornecedores.

#### **1.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

Apurados pela razão de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social, sobre a base de cálculo, utilizando por critério o lucro real.

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou prejuízo, tanto nos livros contábeis como fiscais. Considerando que não existe perspectiva para realização da Base Negativa e do Prejuízo Fiscal, não foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos.

#### **1.7. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2), para fins de preparação das demonstrações financeiras da controladora. Este investimento é deduzido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

#### **1.8. Investimentos em joint ventures**

A Companhia detém participação em uma joint venture, a DFS Holding S.A. (Delly's) As demonstrações financeiras da Delly's são preparadas para o mesmo período de relatório da Companhia. As políticas contábeis de ambas as empresas estão alinhadas com as da Companhia. Portanto, nenhum ajuste é feito ao medir e reconhecer a participação da Companhia no lucro ou prejuízo das entidades investidas após a data de aquisição.

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Essas partes são denominadas de empreendedores em conjunto.

Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As considerações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em sua joint venture são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição. O ágio relativo à joint venture é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. Portanto, reversões de desvalorizações podem incluir efetivamente a reversão de desvalorizações de ágio. As desvalorizações e reversões são apresentadas em conjunto com a “Equivalência patrimonial” na demonstração resultado do exercício.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio joint venture, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a joint venture são eliminados em proporção à participação na joint venture.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma joint venture apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou joint venture.

As demonstrações financeiras da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada ou joint venture. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da joint venture e o valor contábil, e reconhece a perda em “Participação em lucros de joint venture”, na demonstração do resultado.

Ao perder controle conjunto sobre a joint venture, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da joint venture, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Não houveram aquisições realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve a aquisição de participação da DFS Holding S.A. que está descrito abaixo:

### **Transações em 2023**

#### DFS Holding S.A. – Alocação provisória em 31 de dezembro de 2023

Em 02 de outubro de 2023 a Companhia adquiriu (44,466%) a sociedade com controle compartilhado, pelo valor de R\$1.060.936. A Companhia com sede na cidade de São Paulo, (SP) foi fundada em 25 de maio de 2015 e tem como objetivo social a participação em outras sociedades do ramo alimentício, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. Abaixo segue a alocação provisória realizada em 31 de dezembro de 2024.

**REACH BRAZIL HOLDING S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de Reais)**

Dados patrimoniais da adquiridas	DFS Holding S.A.
Caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras instrumentos equivalentes	570.000
Estoque de mercadorias	19
Impostos a recuperar	994
Dividendos a receber	505
Outros créditos	416
Partes relacionadas	335
Investimentos	780.182
Imobilizado - (a)	899
Intangível	17.387
Fornecedores	(790)
Obrigações trabalhistas	(4.775)
Contas a pagar com partes relacionadas	(2.032)
Impostos a recolher	(7)
Outras contas a pagar	(24)
Partes relacionadas LP	(8.673)
Total acervo Líquido	<u><u>(1.304.486)</u></u>
<b>Dados da transação</b>	
Porcentagem adquirido do capital votante	44,466%
Participação do acervo Líquido proporcional a participação adquirida	580.055
Contraprestação transferida a valor justo determinada na alocação provisória	1.275.315
Ágio provisório alocado em 31 de dezembro de 2023	<u>695.260</u>

**DFS Holding S.A. – Alocação definitiva em 31 de dezembro de 2024**

No exercício de 2024 a Companhia conclui sua alocação definitiva, apresentando a respectiva posição.

Dados da transação	31/12/2024
Porcentagem adquirido do capital votante	44,466%
Participação do acervo Líquido proporcional a participação adquirida	580.055
Contraprestação transferida a valor justo determinada na alocação definitiva	<u>1.252.562</u>
Mais valia de marca	183.528
Mais valia de acordo de não competição	5.912
Mais valia de imobilizado	27.648
Menos valia de carteira de cliente (step down)	(3.879)
Total das mais valias	<u>213.209</u>
Ágio definitivo alocado em 31 de dezembro de 2024	<u>459.298</u>

O valor da contraprestação paga é composto por parcela a vista e parcela a prazo. As parcelas a prazo não estão condicionadas a desempenho futuro e são corrigidas por indicadores financeiros. Nenhum efeito de imposto de renda diferido foi considerado no reconhecimento inicial da aquisição. A estimativa de valor justo do estudo elaborado por empresa especializada possui as respectivas premissas gerais sobre o negócio adquirido:

- Taxa de desconto estimada em 12,01%.
- Valor terminal projetado para o final do período, calculado com base na taxa de crescimento equivalente a inflação de longo prazo (considerando que o fluxo de caixa é nominal, equivale a um valor terminal sem crescimento real).
- Manutenção de margens estáveis a performance histórica.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Valor justo de Marca:

O método utilizado para a avaliação da Marca foi o de Relief-from-Royalty. As principais premissas utilizadas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) taxa de royalties (Royalties rate) formada por elementos comparáveis, (iii) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (iv) vida útil, considerando que todas as marcas foram avaliadas com vida útil definida.

Valor justo da marca	183.528
<hr/>	
Principais premissas	
Royalties rate	1,05%
WARA	12,51%
Vida útil econômica	30 anos

Valor justo de Acordo de não competição:

O método utilizado para a avaliação do Acordo de não competição foi o With and Without. As principais premissas foram: (i) projeção da receita, conforme plano de negócio da Companhia, ajustado ao mercado, (ii) Percentual das receitas expostas à competição, (iii) Probabilidade de competição, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil, considerando que todas as marcas foram avaliadas com vida útil definida.

Valor justo do acordo de não competição	5.912
<hr/>	
Principais premissas	
Percentual das receitas expostas à competição	30%
Probabilidade de competição	50%
WARA	12,51%
Vida útil econômica	5 anos

Valor justo do relacionamento não contratual com cliente

Foi utilizado o método de renda Multi-Period Excess Earnings Method – MPEEM. As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de retenção / churn rate, (ii) rentabilidade atribuída a carteira (EBITDA da empresa adquirida, retornando o percentual de despesas com publicidade e propaganda), (iii) ativos contributivos, (iv) taxa de desconto WARA formado pelo WACC adicionando um ajuste pelo risco do referido ativo, e (v) vida útil, considerando que todas as marcas foram avaliadas com vida útil definida.

Valor justo do relacionamento não contratual com cliente	113.278
Valor justo do relacionamento não contratual com cliente, alocado anteriormente	122.001
Valor justo residual total (menos valia)	(8.723)
Percentual adquirido	44,466%
Valor justo residual proporcional (menos valia)	(3.879)

**Principais premissas**

Taxa de retenção	20,7%
Rentabilidade média atribuída	6,5%
Representatividade média dos ativos contributivos	3,5%
WARA	12,51%
Vida útil econômica	12 anos

**Valor justo do ativo imobilizado**

Foram adotados os métodos de avaliação requeridos pelas normas de avaliação, considerando os princípios estabelecidos pelo IBAPE e ABNT, sendo identificado os respectivos valores:

	Vida útil	R\$
Mais valia de terrenos	Indefinida	410
Mais valia de edificações	47.9 anos	5.531
Mais valia de máquinas e equipamentos	10,4 anos	21.707
Total mais valia ativo imobilizado		27.648

**1.9. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024**

As normas e interpretações novas e alteradas, emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

As alterações às normas IAS 7 e IFRS 7 exigem divulgações adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores, visando maior transparência sobre passivos, fluxos de caixa e riscos de liquidez. Além disso, novas normas e interpretações foram emitidas, mas ainda não estão em vigor. A Empresa pretende adotá-las quando aplicável.

**IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (CPC 26), trazendo novos requisitos de apresentação para a demonstração do resultado, com categorias padronizadas: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e regras mais claras de agregação/desagregação. Alterações adicionais foram feitas ao IAS 7 (CPC 03), incluindo a mudança do ponto de partida para o método indireto e a eliminação da opção de classificar dividendos e juros. O IFRS 18 entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida (exceto no Brasil). A Empresa está avaliando os impactos nas demonstrações financeiras.

**IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite divulgação reduzida para entidades controladas, sem responsabilidade pública, cujas controladoras publiquem demonstrações consolidadas em IFRS. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Empresa são negociados publicamente, ele não é elegível à aplicação do IFRS 19.

**Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial**

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à ICPC 09 (R3) para alinhar as normas brasileiras aos padrões internacionais. O CPC 18 passou a permitir o uso do MEP em demonstrações contábeis individuais, seguindo a prática já aceita internacionalmente. As mudanças são principalmente redacionais e não devem gerar impactos materiais. A ICPC 09 foi atualizada para refletir mudanças normativas posteriores à sua emissão. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

**Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**

Em setembro de 2024, o CPC emitiu a Revisão nº 27, incorporando ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) as diretrizes do IASB sobre falta de conversibilidade de moedas. As alterações definem moeda conversível e orientam sobre estimativas de taxa de câmbio quando não houver conversibilidade. Em casos com múltiplas taxas, deve-se usar a que melhor represente a liquidação dos fluxos. Também são exigidas divulgações sobre os impactos e riscos dessas situações. As mudanças entram em vigor em 1º de janeiro de 2025, sem impactos materiais esperados para a Empresa.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2024	2023
Bancos - Conta corrente	3.656	2.851
	<b>3.656</b>	<b>2.851</b>

**5. Investimentos**

DFS Holding S.A.

A Companhia mantém participação de 44,466% na DFS Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024 (44,466% em 31 de dezembro de 2023). Os saldos referentes aos investimentos na DFS Holding S.A em 31 de dezembro de 2023, estão assim representados:

	2024	2023
Investimento	630.402	595.368
Ágio*	459.298	695.260
Mais valias de ativos adquiridos, liquidadas da amortização*	201.741	-
	<b>1.291.441</b>	<b>1.290.628</b>

A Companhia realizou alocação definitiva em 1º de janeiro de 2024, onde desdobrou o custo de aquisição entre ágio, mais valia, como também obteve os valores definitivos de ajuste de preço.

**REACH BRAZIL HOLDING S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de Reais)**

a) Movimentação do saldo de investimento

	2024	2023
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>1.290.628</b>	-
Aquisição de investimento	-	1.275.315
Ajuste do preço de compra	<b>(22.753)</b>	-
Ajuste a valor presente	<b>(14.746)</b>	-
Equivalência patrimonial líquidos dos dividendos recebidos	<b>38.312</b>	15.313
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>1.291.441</b>	1.290.628

b) Informações do investimento e resultado com equivalência patrimonial

Investimento	Quantidade de ações adquiridas	% Adquirido	Capital social 100%	Patrimônio líquido 100%	Lucro líquido da controlada 100%	Investimento 44,466%	Resultado equivalência
31 de dezembro de 2023							
DFS Holding S.A.	567.447	44,466%	1.276.137	1.342.144	69.343	595.368	15.313
31 de dezembro de 2024							
DFS Holding S.A.	<b>567.447</b>	<b>44,466%</b>	<b>1.276.137</b>	<b>1.417.717</b>	<b>111.950</b>	<b>630.402</b>	<b>* 38.312</b>

\* O resultado com equivalência seria de R\$ 49.780, porém ao ajustar o efeito da amortização da mais valia que totalizou R\$ 11.469 em 2024 (zero em 2023), a equivalência patrimonial é ajustada para R\$ 38.312.

c) Informações contábeis resumidas do investimento

Investimento	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita	Lucro líquido
31 de dezembro de 2023							
DFS Holding S.A.	1.285.572	1.182.820	669.994	456.254	1.342.144	4.465.731	69.343
31 de dezembro de 2024							
DFS Holding S.A.	<b>1.302.819</b>	<b>1.165.811</b>	<b>695.920</b>	<b>354.993</b>	<b>1.417.717</b>	<b>5.006.384</b>	<b>111.950</b>

6. **Outros créditos**

	2024	2023
Depósito bancário em conta de Escrow *	<b>7.842</b>	-
	<b>7.842</b>	-

(\*) A Companhia mantém depositado, em conta bancária o montante de R\$ 7.842, relacionado à obrigação de pagamento aos acionistas vendedores da DFS. O respectivo passivo está registrado conforme a Nota Explicativa nº 7.

**7. Obrigações por compra de participações societárias**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Obrigações com ações a pagar*	<b>7.724</b>	520.999
	<b>7.724</b>	520.999
Circulante	-	520.999
Não circulante	<b>7.724</b>	-

(\*) A Companhia possui um contas a pagar referente a obrigações com compra de ações a prazo na DFS Holding S.A no montante de R\$ 7.724 (R\$ 566.620 em 2023), que será liquidado conforme prazo contratual (não circulante).

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>520.999</b>	-
Obrigações assumida por conta de aquisição	-	566.620
Ajuste a valor presente	<b>43.485</b>	(45.621)
Baixa por liquidação	<b>(556.760)</b>	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>7.724</b>	520.999

**8. Patrimônio líquido**

a) Capital social

Em 25 de setembro de 2024, a Companhia aprovou um aumento de capital no montante de R\$ 566.620. Dessa forma, o capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 passou a ser de R\$ 1.338.810 (R\$ 772.190 em 2023), representado por 1.338.810.345 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (772.190.406 ações em 2023). A totalidade do capital social pertence ao Reach Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação de eventuais prejuízos acumulados, até que atinja o limite de 20% do capital social. Tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para a compensação de prejuízos acumulados ou para o aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal totalizava R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2023).

c) Dividendos

De acordo com o disposto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas é assegurada a distribuição de, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. Em 31 de dezembro de 2024, não houve apuração de dividendos em razão do prejuízo apresentado (R\$ 5 de prejuízo em 31 de dezembro de 2023).

d) Transações entre sócios

Em 01 de março de 2024, a DFS Holdings S.A., através de sua controlada Imperial Importação e Exportação Ltda., realizou a aquisição da totalidade de ações pertencentes aos acionistas minoritários do investimento WFS Holding S.A. Foram adquiridas 108.634 ações, equivalentes a 30%, pelo montante de R\$ 35.169. A aquisição de ações foi efetuada com base no valor das ações nas datas originais de aquisição das participações nas controladas pela Companhia, conforme laudos de avaliação econômica emitidos por avaliadores independentes. O excesso de preço na aquisição de ações calculado pela diferença entre o valor pago e o saldo do investimento recebido, no montante de R\$ 31.714, foi classificado como transações entre sócios no patrimônio líquido, uma vez que decorre de transações entre empresas sob controle comum. Esta transação entre sócios, reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido da DFS Holdings S.A., está sendo reconhecida de forma reflexa diretamente ao Patrimônio Líquido da Companhia, proporcionalmente a sua participação societária de 44,466% sobre o investimento, totalizando R\$ 14.102.

**9. Despesas gerais e administrativas**

a. Despesa por natureza

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Honorários advocatícios	(588)	(5.965)
Consultoria e assessoria	(816)	(5.188)
Honorários contábeis	-	(2.945)
Outras receitas (despesas) operacionais	54	(945)
Impostos e taxas diversas	(6)	-
	<b>(1.356)</b>	<b>(15.043)</b>

**10. Resultado financeiro**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receita financeira</b>		
Receita com aplicação financeira	118	-
	<b>118</b>	<b>-</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Juros sobre instrumentos financeiros passivos	-	(2)
Outros	(1)	(16)
Ajuste a valor presente sobre aquisições *	(66.367)	-
	<b>(66.368)</b>	<b>(18)</b>
	<b>(66.250)</b>	<b>(18)</b>

\* Refere-se ao ajuste a valor presente (AVP) relacionado às contas a pagar decorrentes da aquisição, com prazo de vencimento de 12 meses após a data da transação. O ajuste foi mensurado utilizando uma taxa de desconto de 13,68%, correspondente ao custo incremental do passivo financeiro. A obrigação foi liquidada em 2024, sendo que os efeitos do AVP foram integralmente reconhecidos no resultado.

## 11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, e a contribuição social é calculada a alíquota de 9%.

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(29.294)	533
	(29.294)	533
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	9.960	(181)
Diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial, incluindo amortização não realizada	13.026	5.206
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido por falta de expectativa	(22.986)	(5.025)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	-	-

## 12. Instrumentos financeiros

Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, bem como seus objetivos, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

### Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro para a Companhia caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais. Esse risco surge principalmente dos recebíveis representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada a seguir (em milhares de reais):

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>3.656</b>	2.851
Dividendos a receber	<b>795</b>	281
	<b>4.451</b>	3.132

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidas. A Companhia mantém recursos em bancos de primeira linha e quando mantém aplicações, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

### Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

#### **Risco operacional**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

#### **Risco de taxa de juros e de câmbio**

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação, bem como pela exposição a oscilações cambiais que possam aumentar suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2024.

#### **Risco de câmbio**

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações cambiais refere-se principalmente às atividades operacionais (quando receitas ou despesas são denominadas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio do fechamento de operações de câmbio antecipadas, as quais se espera que ocorram no período máximo de 30 dias.

---X---